

*Adrien Candiard*

# NA MONTANHA

*A aspereza e a graça*



EDITORIAL AO

**Título original**

*Sur la montagne*

L'aspérité et la grâce

© Les Éditions du Cerf, 2023

www.editionsducerf.fr

24, rue des Tanneries – 75013 Paris

ISBN 978-2-204-16052-0

**Tradução**

Maria do Rosário de Castro Pernas

**Capa**

Romão Figueiredo

**Paginação**

Editorial AO

**Impressão e Acabamentos**

Sersilito-Empresa Gráfica

**Depósito Legal n.º**

543143/25

**ISBN**

978-972-39-1007-0

Fevereiro de 2025

*Com todas as licenças necessárias*

©

**SECRETARIADO NACIONAL DO APOSTOLADO DA ORAÇÃO**

Rua S. Barnabé, 32 – 4710-309 BRAGA | Tel.: 253 689 443

www.redemundialdeoracaodopapa.pt/livraria | livros@snao.pt

Quem interpela Jesus é um jovem. Para dizer a verdade, dos três evangelistas que nos relatam o episódio, Mateus é o único que o descreve com tanta precisão. Por outro lado, todos são unânimes em afirmar que ele é rico. Rico, portanto, mas não necessariamente jovem; contudo, esse pormenor é demasiado verosímil, demasiado coerente em relação ao diálogo que se segue para que alguém o possa pôr em questão. O jovem rico: é assim que é conhecido, eternamente jovem, eternamente rico, apesar da redundância, porque, no fim de contas, não há maior riqueza do que ter tempo à nossa disposição, a vida inteira à nossa frente. E eis que esse jovem vem ter com Jesus para o interrogar. «Mestre, que hei de fazer de bom para alcançar a vida eterna?»<sup>1</sup>.

Estranha pergunta para um jovem, se, de facto, aquilo que ele procura é a segurança de um bom lugar no paraíso, a garantia de uma sorte não demasiado má depois da morte. Aos dezanove anos, ninguém se preocupa com uma boa morte. Há coisas mais urgentes em que pensar. Em primeiro lugar, é preciso tentar não passar ao lado da própria vida.

---

<sup>1</sup> Este episódio encontra-se no Evangelho segundo São Mateus, capítulo 19, versículos 16 a 26.

Creio que é mais isso que preocupa o nosso jovem: a vida eterna, não a vida depois da morte, mas a vida a uma certa profundidade, com a devida intensidade. Ele sabe que é possível viver a vida à superfície de si mesmo, à superfície das coisas; já experimentou uma existência quotidiana feita de rotinas, de prazeres que não levam à plenitude, de hábitos que acabam por se confundir com convicções. Ele não se sente infeliz assim, mas pressente que para lá da superfície se encontra uma vida mais forte e mais verdadeira. Até já a entreviu, por vezes, perante o espetáculo da beleza, na emoção de um sentimento desconhecido, e ela deixou-lhe uma sede que nada consegue dessedentar. A essa vida, à vida em abundância, é a isso que o jovem chama vida eterna, pois sente perfeitamente que ela contém toda a eternidade que este mundo nos pode oferecer. Não sabe ao certo o que é, mas deseja-a com um ardor tão grande, tão profundo, que não pode duvidar da sua existência. Ora, é precisamente essa vida que ele quer viver.

Este jovem sente que essa vida eterna tem um preço. Para a alcançar, terá certamente de se superar: ele sabe que Deus é exigente, muito exigente, mas pouco importa, porque vale a pena arriscar. Ele já tomou gosto pelo esforço e pela dedicação. Longe de o assustar, o apelo ao heroísmo e ao sacrifício falam ao seu coração com matizes secretos que o seduzem e o arrastam. Sente-se impaciente por deitar mãos ao trabalho, por partir para o combate. Mas em que direção? Que terá de fazer de extraordinário para merecer a verdadeira vida?

A pergunta deste jovem, quando a sua vida ainda mal começou, faz todo o sentido; acima de tudo, porém, ele tem a sorte inaudita de a poder fazer a Jesus, quer dizer, àquele que, na história do mundo, é o mais capaz de lhe poder responder. Contudo, a primeira resposta de Jesus é, ao mesmo tempo, desanimadora e decepcionante. Desanimadora, porque Ele começa por corrigir a sua formulação: o jovem interrogou-o sobre o que seria bom, mas só Deus é bom. Além de desanimadora, também é decepcionante, porque, embora Jesus responda à pergunta do jovem, fá-lo de uma forma bastante banal: remete o jovem que procura o absoluto para os Dez Mandamentos, para a lei de Moisés, para a moral mais básica: não matar, não cometer adultério, não mentir, amar o próximo... Tudo isso é certamente muito importante e, aliás, nem sempre é fácil cumpri-lo escrupulosamente: aquele jovem já travou muitos combates para reprimir a sua cólera ou o seu desejo, aprendeu a amar a verdade. No entanto, ele espera mais de Jesus, que Ele não se limite a remetê-lo para o que aprendeu na catequese, uma lembrança talvez útil, mas francamente trivial. «Tudo isso tenho observado; que me falta ainda?»

Jesus dá-lhe então uma segunda resposta, mais exigente, de uma exigência infinita, até: «Se queres ser perfeito, vai, vende os teus bens, e terás um tesouro no Céu; depois vem e segue-me». O jovem queria dar alguma coisa? Então que dê tudo, pura e simplesmente. Os seus bens que, segundo o evangelista, são muitos, mas sobretudo a vida que ele tem à sua frente, a vida que ele quer a todo o custo

que seja bem-sucedida. À primeira vista, Jesus tinha-lhe parecido demasiado indulgente, mas agora deixa-o descoroçoado. Este jovem estaria disposto a muito. Se Jesus lhe tivesse pedido para se levantar ao romper da aurora, para passar várias horas em oração, para partir em peregrinação a pé até ao outro extremo do mundo, para jejuar ou tomar um duche de água gelada, ele teria cumprido tudo isso com entusiasmo. Mas dar tudo... Como pode ser isso?! O jovem tinha chegado cheio de esperança, mas afasta-se de Jesus com tristeza e amargura, incapaz de tomar o caminho de santidade que Deus lhe propõe, incapaz de viver a vida eterna que, no entanto, deseja de todo o coração. «Há apenas uma tristeza», escrevia Léon Bloy, «a tristeza de não sermos santos».

Este encontro tão forte, mas que acaba tão mal, inquieta legitimamente os discípulos, que se interrogam, assustados perante a inacreditável exigência do seu mestre: «Quem pode então salvar-se?». Habitualmente, Jesus mostra-se acolhedor para com todos: aos pecadores e às prostitutas, faz-lhes ver a misericórdia de Deus, faz-lhes sentir a assombrosa proximidade de Deus, o seu perdão e a sua ternura. Apresenta-se um jovem cheio de boa vontade, com costumes irrepreensíveis, habitado pelo desejo de Deus, e Jesus pede-lhe coisas tão fora do seu alcance que ele se afasta, desesperado. «Quem pode então salvar-se?», interrogam-se eles, angustiados. «Aos homens é impossível», responde-lhes Jesus. «A Deus, porém, tudo é possível». Que se pode responder a isto?

O relato deste encontro de Jesus com o jovem rico também nos poderá inquietar se, tal como ele, desejamos a vida eterna: é difícil não escutar esta exigência extrema de Jesus como dirigida também a nós. Ao longo dos séculos, foi-se tentando, é certo, ver aqui um simples conselho evangélico, a par dos mandamentos dirigidos a todos, criando, assim, duas classes de prescrições de Jesus: o amor ao próximo e a proibição do homicídio ou do adultério, prescrições obrigatórias; a renúncia a todos os bens, prescrição facultativa. Esta distinção não é infundada, se pensarmos que a vocação do jovem rico corresponde à vida religiosa, à vida monástica: note-se, nem todos são chamados a renunciar *desta maneira* aos seus bens. Graças a Deus, porém, a vida eterna não está reservada aos religiosos! Quer dizer, portanto, que há outras formas de dar tudo e de dar a própria vida. Tanto mais que aquilo que Jesus diz ao jovem rico não cessa de o repetir, de outras formas, por vezes um pouco enigmáticas, ao longo do Evangelho: «Quem quiser salvar a vida, perdê-la-á, mas quem perder a sua vida por causa de mim, encontrá-la-á»<sup>2</sup>. A vida monástica é, evidentemente, facultativa para os cristãos, mas o dom da sua vida, isso não é uma opção.

Dar tudo é dar muito. Repetem-nos, constantemente, que a salvação é gratuita, que Deus se nos dá sem condições: é a chamada graça, na linguagem técnica dos cristãos.

---

<sup>2</sup> Evangelho segundo São Mateus, capítulo 16, versículo 25.

Como o seu nome indica, a graça é aquilo que é gratuito. Grátis. *Gratos*. *Gratia, id est gratis data*, dizem os sábios no seu latim: «A graça, quer dizer, aquilo que é dado de forma gratuita». Contudo, não é necessário saber latim para compreender que, vendo bem, a gratuidade sai cara! Se a vida eterna é dada de graça, mas nos exige, em troca, que renunciemos a tudo por ela, trata-se de uma gratuidade francamente exorbitante. Será que o dom de Deus se assemelha, assim, aos reclames mentirosos que não cessam de florescer à nossa volta, prometendo-nos sempre presentes e bons negócios que acabam por se revelar ruinosos?

Compreende-se que os cristãos, ao longo dos tempos, tenham refletido sobre esta questão. Foi até a única questão teológica que apaixonou de verdade os cristãos do Ocidente ao longo da sua história. Na Antiguidade, na época dos Padres da Igreja, quando os cristãos de língua grega discutiam temas elevados e difíceis, como a Encarnação ou a Trindade, os cristãos de língua latina, ocidentais, observavam esses debates sem lhes dar a mínima importância. Sobre as duas naturezas de Cristo, sobre as hipóteses trinitárias, sobre a querela monotelista, não tinham muito a dizer. Quando, aparentemente, em Constantinopla, até com um simples peixeiro se podia discutir sobre a questão da presença de uma ou duas vontades em Cristo, nos portos de Óstia, de Cartago ou de Marselha discutia-se, pelo contrário, o preço do peixe. Os latinos eram pessoas pragmáticas, camponeses e juristas, e não metafísicos capazes de abstrações complicadíssimas.

Julgava-se, então, que os latinos não eram dotados para a teologia, mas a verdade é que eles ainda não tinham encontrado o seu tema teológico preferido.

Eis que esse tema se configura, precisamente, no início do século V, quando Agostinho, bispo de Hipona, no Norte de África, é informado de que um monge celta, chamado Pelágio, estabelecido em Roma, fala de coisas muito estranhas. Pelágio arvora-se em treinador espiritual de um grupinho da aristocracia romana, ao qual explica que a perfeição está ao alcance da mão: basta fazer grandes esforços, apoiados na própria força de vontade, agarrar-se, lutar, e estamos lá. Sem Deus? Sem Deus. Enfim, reconhece ele, Deus criou-nos com a nossa liberdade, portanto, já fez muito. Além disso, deu-nos os mandamentos. Por fim, deu-nos o exemplo de Cristo, um exemplo maravilhoso, que nós só temos de imitar. Então, deixemos de nos queixar e mãos à obra. Apresentei Pelágio como treinador espiritual: não vejam nisso um simples anacronismo espirituoso, que nos faz sorrir. Julgo que era essa, de facto, a sua perspectiva. Um treinador não é um teólogo: é um pragmático, que reparou que, para animar as pessoas a levar uma vida ascética, mais vale dizer-lhes que está tudo nas mãos delas, que o importante é ter força de vontade, em vez de lhes dizer que, seja como for, a sua natureza está viciada pelo pecado original, correndo o risco de as desanimar.

Tal ensinamento chega aos ouvidos de Agostinho, que já é uma personalidade de renome na Igreja do seu

tempo. Ora, aquilo que ele ouve não lhe agrada sobremaneira. Em primeiro lugar, porque ele próprio passou vários anos da sua vida longe da fé – converteu-se com mais de trinta anos – e faz um juízo muito duro dos anos da sua juventude, perdidos a correr atrás de raparigas e a procurar a glória: ele sabe que, sem Deus, entregue apenas a si próprio, o homem tende a corromper-se. Mesmo que consiga, mediante esforços extraordinários, reconhecer a verdade e o bem, é incapaz de se pôr a caminho para os alcançar. Acima de tudo, porém, Agostinho é um bom teólogo. Ele sabe que Cristo não é apenas um exemplo de boas ações a imitar, mas o salvador, que nos redime independentemente dos nossos méritos. Porventura Jesus não censura constantemente os fariseus por imaginarem que as suas práticas piedosas lhes merecerão o paraíso? Grave ilusão, diz-nos Agostinho, citando São Paulo, outro convertido, aliás: não, a salvação, a vida eterna, a vida divina, tudo isso é um presente de Deus. A partir de então, Agostinho aplicará a sua energia e a sua inteligência excecional para apresentar uma doutrina cristã da graça de Deus, através de tratados, de sermões, de cartas – uma massa documental considerável em que se exprime um pensamento em movimento, pouco sistematizado, frequentemente em polémica com este ou aquele, mas no qual se pode encontrar, consoante os períodos e as circunstâncias, fórmulas contraditórias: ao longo dos séculos seguintes, quem quiser poderá esquivar-se a assumir posições defi-

nitivas apoiando-se em citações de Agostinho, visto que nele se podem encontrar diferentes inflexões.

A Igreja dá, naturalmente, razão a Agostinho, mas o debate, na realidade, está longe de ficar encerrado. Em breve já ninguém se apoiará na doutrina do pobre Pelágio, mas ter-se-á descoberto nela um abismo de interrogações intermináveis. É Deus que salva, bem-entendido, mas então porque existem mandamentos, se nós não somos capazes de os cumprir? Porque nos pede Jesus que amemos o nosso próximo, se o nosso coração é incapaz de amar? A salvação talvez seja gratuita, é certo, mas quando se vê tudo aquilo que Jesus nos pede, essa gratuidade, afinal, tem um preço exorbitante! Os preguiçosos darão a volta à questão: porque havemos de nos esforçar, se é a graça de Deus que salva? Porque havemos de nos dar ao trabalho de tentar ser dedicados à paróquia, fiéis à mulher, honestos no trabalho, se isso não nos conduz ao paraíso?

A história do Cristianismo ocidental é constantemente marcada por debates desse tipo. Por vezes, tudo isto se transforma numa farsa: quando, em 1607, o Papa foi convidado a arbitrar uma disputa interminável entre jesuítas e dominicanos – durante a qual as duas Ordens rivalizaram em subtileza escolástica, multiplicando os conceitos e as categorias abstratas –, o Papa pôs termo a essa querela pública, que durava havia vinte e cinco anos, declarando-se incapaz de entrar numa discussão que já se tinha tornado completamente incompreensível para ele, suspeitando, aliás, que as partes envolvidas também

já não a entendiam minimamente, de tal modo os níveis de abstração invocados superavam a possibilidade de entendimento. O máximo que o Pontífice pôde fazer foi proibir os teólogos das duas Ordens de se tratarem uns aos outros por hereges.

No entanto, a questão tomaria, por vezes, dimensões mais dramáticas. Será em torno desta questão, a gratuidade do amor de Deus e a necessidade de agir bem, que a cristandade do Ocidente se dividirá, de forma dolorosa e duradoura, quando um monge agostiniano alemão, Martinho Lutero, acusa a Igreja Católica de se ter aliado, de facto, à doutrina de Pelágio, dando demasiada importância às práticas, nomeadamente na vida monástica; a sua doutrina da justificação, principal ponto de rutura com o catolicismo, pretende reencontrar a fé de Agostinho em toda a sua pureza. Será ainda em torno da interpretação da graça por Agostinho, proposta desta vez pelo bispo Jansen – Jansenius, em latim – e pela sua doutrina – o jansenismo – que os católicos franceses se dividirão e odiarão ao longo de quase dois séculos. Nas décadas de 1950 e 1960, as discussões serão reatadas, mais vivas e mais técnicas do que nunca, em torno das obras de Henri de Lubac.

Depois disso, nada. Após vários séculos de debate arbatado, de trágicas divisões, de acusações mútuas de heresia, o processo que tanto apaixonara o Ocidente parecia ter perdido, de repente, todo o interesse. Entre os profissionais de teologia, a graça é sobretudo um objeto

de curiosidade um pouco obsoleto, um aspeto da história da doutrina; aliás, na Igreja, na catequese, nas homilias, no magistério dos bispos já não se aborda esse tema. Devemos dizer que os tratados que lhe foram consagrados revelaram, por vezes, os piores defeitos alguma vez atribuídos à teologia: embora o tema não fosse suscetível de verificação experimental, os teólogos tinham multiplicado os conceitos, como, por exemplo, os vários tipos de graça: graça preveniente, graça antecedente e graça consequente, graça eficaz e graça suficiente, graça santificante e graça atual, graça curativa e graça edificante, sem esquecer, naturalmente, a indispensável graça gratuita. Ter-se-ão certamente cansado, terão pensado, decerto, que os teólogos tinham muito tempo a perder, antes de arrumar este processo tão volumoso e poeirento na prateleira dos artigos inúteis, mesmo ao lado do sexo dos anjos.

É compreensível tal desânimo; no entanto, o problema mantém-se inalterável e coloca-se aos cristãos de hoje como aos de ontem: se Deus nos ama gratuitamente e sem condições, porque nos pede para agirmos segundo os seus mandamentos, mandamentos de uma exigência tão grande que, na prática, parecem revelar-se completamente fora do nosso alcance? Que significa viver como cristão no meio de tão grande número de prescrições, tantas vezes contraditórias?

Para tentar responder a esta questão essencial, esperamos não ter de reabrir este processo teológico tão volumoso como complexo. De qualquer modo, é completamente

diferente o caminho que nos propomos apresentar aqui ao leitor. Perante a nossa questão, certamente será útil recorrer ao Evangelho, onde parece que Jesus se esforçou por apresentar alguns elementos de resposta. Isto aplica-se, em particular, a um longo discurso reproduzido pelo Evangelho de Mateus, habitualmente denominado Sermão da Montanha, que ocupa os capítulos 5 a 7: «sermão», não porque Jesus tivesse feito uma preleção moralista e enfadonha, mas porque é o termo antigo, decalcado do latim, que significa «discurso»; «da montanha», pura e simplesmente porque, segundo o evangelista, «Jesus subiu à montanha» (versículo 1), algures na Galileia, a fim de poder ser ouvido pelo maior número possível de pessoas. Contudo, a menção da montanha não terá certamente apenas o objetivo de tornar patente o espírito prático de Jesus antes da invenção do microfone; ela também constitui, para o leitor atento, uma referência àquela outra montanha, o Sinai, onde Moisés recebeu a Lei de Deus em tábuas de pedra. Essa Lei dada a Moisés constitui, para muitos judeus da época de Jesus, o coração da religião, cujas prescrições devemos meditar e aplicar escrupulosamente, uma a uma. Jesus não deixa de discutir, por vezes vivamente, com os mais zelosos dos servidores da Lei, os fariseus, membros de um grupo religioso ligado ao estudo e à prática dos mandamentos, cujo espírito rigidamente legalista é repetidas vezes denunciado por Ele. Muitas vezes são os fariseus que o censuram pelos seus desvios da Lei de Moisés, em particular quando Jesus cura doentes

e possessos em dia de sábado, o *sabat* judeu, em que, segundo a Lei, não se deve fazer qualquer tipo de trabalho. Nesses casos, Jesus parece pôr a Lei de parte, quando ela nos cega, impedindo-nos de ver o sofrimento dos nossos irmãos: «O sábado foi feito para o homem, não o homem para o sábado»<sup>3</sup>, replica Ele, recusando-se a fazer da Lei um absoluto. Aliás, não é o único, no Judaísmo da Palestina do século I, a propor uma abordagem humana, mais flexível, da relação com a Lei: outros mestres também o fizeram, com o mesmo bom senso. Naquele dia, porém, na montanha, Jesus faz uma coisa completamente diferente, uma coisa que nenhum outro rabino jamais se atreveria a fazer: mais do que explicar, interpretar, discutir, esclarecer e distinguir as prescrições da Lei de Moisés, Jesus substitui-a. Propõe aos seus discípulos nada menos do que uma nova Lei, embora afirme, ao mesmo tempo, que a antiga Lei não é por isso abolida: a sua Lei é antes um cumprimento, sem que Ele especifique o sentido exato desse cumprimento. Em todo o caso, uma coisa é certa: esta nova Lei, do Sermão da Montanha, não é menos exigente do que a Lei de Moisés. Pelo contrário, Jesus parece compreender-se em mostrar que Ele ainda pede mais do que a Lei pedia. «Se a vossa justiça não superar a dos escribas e dos fariseus, não entrareis no reino dos Céus»<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Evangelho segundo São Marcos, capítulo 2, versículo 27.

<sup>4</sup> Evangelho segundo São Mateus, capítulo 5, versículo 20.

Opositor do legalismo, Jesus não parece tomar a sua própria Lei de ânimo leve. Ao longo deste grande discurso, Jesus vai detalhando as exigências, recorrendo a inúmeras fórmulas impressionantes, tais como «Amai os vossos inimigos e orai por aqueles que vos perseguem», «Se alguém te bater na face direita, dá-lhe também a outra», «dá a quem te pede e não voltes as costas a quem te pedir emprestado», «não podeis servir a Deus e ao Dinheiro», ou ainda, «não vos inquieteis quanto à vossa vida, que comereis, nem com o vosso corpo, com que vos vestireis». Cada linha nos assombra, inquieta, mexe connosco. Séculos de comentários, por vezes acomodatórios, e de homilias, demasiadas vezes banais, não conseguiram desgastar a radicalidade assombrosa deste programa de vida.

Tal radicalidade, que constitui, precisamente, a força do discurso, porventura não é também a sua fraqueza? Porventura não o torna inaplicável ou, pelo menos, fora do alcance de pessoas como nós, pobres mortais, que não pretendemos, de modo algum, chegar ao heroísmo dos santos? Porventura Jesus não apresenta um ideal magnífico e distante, mais destinado a ser admirado do que aplicado, como aqueles cumes cobertos de neve que nos comprazemos em contemplar desde a planície, deixando a sua subida para alguns alpinistas de elite, equipados e bem treinados? Cristãos desejosos de praticar o bem, mas assustados com estas prescrições que julgavam irrealizáveis, sugeriram que Jesus decidira revelar-nos, com todo o rigor, a exigência da perfeição, não para que nós

a aplicássemos, mas simplesmente para que tomássemos consciência da nossa incapacidade total de alcançá-la. Assim, libertados de uma vez para sempre da tentação de alcançá-la pelas nossas próprias forças, à maneira de Pelágio, poderemos por fim pedir a Deus que venha em nossa ajuda e deixarmo-nos salvar por Ele, sem continuar a esperar merecer o Céu a não ser pela sua graça. Astuciosa porta de saída, que, no entanto, sugere um Deus um tanto manipulador, capaz de correr o risco de nos conduzir ao desespero, e que choca sobretudo com a conclusão do discurso. Numa célebre parábola<sup>5</sup>, Jesus compara aqueles que escutam as palavras que Ele acabou de pronunciar – o Sermão da Montanha, com todas as suas exigências – sem as pôr em prática, a um louco que construiu uma casa sobre areia, que as intempéries acabam por fazer ruir; pelo contrário, aquele que não se contenta em escutá-las, mas que se dedica igualmente a pô-las em prática, é como um homem prudente que assentou os seus fundamentos sobre a rocha e cuja casa não precisa de temer as trovoadas nem as tempestades. Ao que parece, Jesus espera que os seus discípulos não se contentem em admirar à distância as suas prescrições nem se declarem tristemente incapazes de as seguir, mas que vivam concretamente delas, dia após dia.

A ambição deste livrinho não é apresentar um comentário completo desse longo discurso de Jesus, nem sequer

---

<sup>5</sup> Evangelho segundo São Mateus, capítulo 7, versículos 24 a 27.

propor uma introdução para o mesmo que pareça suficiente a um biblista. Pretende, antes, abrir algumas pistas de leitura que nos permitam saboreá-lo, compreender a sua exigência e convidar, assim, aqueles que procuram, neste mundo, um ponto de apoio sólido, a construir a sua vida assentando os alicerces sobre a verdadeira rocha. Com a graça de Deus, naturalmente.

## Índice

Introdução .....	9
1. «Muitos perguntam: quem nos mostrará a felicidade?» .....	27
2. «Se eu não me comprazesse na tua Lei, perceria de aflição» .....	41
3. «Seguirei o caminho perfeito; quando virás ao meu encontro?» .....	57
4. «Tenho sempre o Senhor diante de mim; Ele está à minha direita, não vacilarei» .....	73
Conclusão .....	93
<i>Agradecimentos</i> .....	101